



# PREFEITURA DE Guararema

**LEI Nº 3483, DE 08 DE JUNHO DE 2022**

Regulamenta o "Centro Artesanal Dona Nenê" e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAREMA APROVA E  
EU PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

## **CAPÍTULO I DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 1º** O funcionamento do Centro Artesanal Dona Nenê, instituído e denominado por meio da Lei Municipal nº 2.838, de 13 de dezembro de 2011, localizado no Parque de Lazer Professora Deoclésia de Almeida Mello, no Centro de Guararema, será definido por meio de Decreto.

**Art. 2º** São disponibilizadas até 23 (vinte e três) vagas para artesãos e/ou trabalhadores manuais residentes no Município de Guararema.

**Parágrafo único.** Caso a quantidade de artesãos ou trabalhadores manuais ultrapasse as vagas disponibilizadas, será instituída lista de espera junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para a inscrição dos interessados e, havendo a desistência de algum artesão/trabalhador manual ocupante de vaga, será aberta a oportunidade ao que estiver na lista de espera, observada a ordem de inscrição.

**Art. 3º** Fica autorizada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a solicitar, por escrito, alterações no *layout* da disposição dos produtos à venda e mobiliário do Centro Artesanal Dona Nenê.

**Art. 4º** A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo poderá requerer a exclusão de produtos que não estejam de acordo com os seguintes requisitos:

- I** - originalidade;
- II** - caracterização do Município e região;
- III** - padrão de acabamento;
- IV** - conteúdo inadequado à imagem do Município;



**V** - que não representem a atividade artesanal ou manual.

§ 1º O artesão e/ou trabalhador manual responsável pelo produto será previamente notificado, para que seja possível providenciar a regularização ou a retirada do produto.

§ 2º Em hipótese alguma será permitida a venda ou exposição de produtos que contenham estampa, impressão, talhamento ou qualquer outra técnica, com imagens não autorizadas para uso.

§ 3º Os produtos já expostos, que não atendam aos critérios citados no art. 4º desta Lei, deverão ser retirados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação.

## **CAPÍTULO II**

### **DA PERMISSÃO DE USO AOS ARTESÃOS E AOS TRABALHADORES MANUAIS**

**Art. 5º** A ocupação do Centro Artesanal Dona Nenê será deferida na forma de permissão de uso, a título precário e oneroso, que será regulamentada por Ato do Poder Executivo, conforme §3º, do art. 77, da Lei Orgânica do Município.

§ 1º As permissões de uso serão concedidas aos artesãos e aos trabalhadores manuais residentes no Município de Guararema, devidamente inscritos junto à (ao):

**I** - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), formalizado como Microempreendedor Individual (MEI);

**II** - Cadastro Mobiliário Municipal;

**III** - Cadastro na Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco);

**IV** - Cadastro na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

§ 2º Os interessados deverão apresentar Certidão Negativa do Atestado de Antecedentes Criminais na inscrição.

§ 3º Os artesãos e/ou trabalhadores manuais, no momento da sua formalização como MEI e junto à Sala do Empreendedor para obtenção do Alvará de Funcionamento, ficarão isentos do cumprimento dos requisitos de Licença Ambiental e Auto de Vistoria do Corpo de



Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (AVCB/CLCB), por tratar-se de fabricação artesanal, devidamente comprovada através da inscrição junto à Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco) e na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

**§ 4º** Não será concedida permissão de uso para mais de um membro da mesma família, mesmo que seja cônjuge, filho, pai, mãe ou irmão.

**Art. 6º** Pela permissão do uso, cada artesão ou trabalhador manual deverá recolher mensalmente, em conta bancária sob a titularidade do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), o correspondente a 1(uma) UFM - Unidade Fiscal do Município, que será destinada para implementação de ações que promovam o desenvolvimento e a manutenção da atividade turística no Município de Guararema, conforme prevê a Lei Municipal nº 3198, de 19 de abril de 2017 e suas alterações posteriores.

**Parágrafo único.** O não recolhimento de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, no período de um ano civil ensejará a revogação da permissão de uso concedida.

**Art. 7º** Ficam os permissionários autorizados a usar as instalações existentes no Parque de Lazer Professora Deoclésia de Almeida Mello, quais sejam:

**I** - copa para as refeições;

**II** - área de serviço, para a guarda do material e utensílios de limpeza.

**Parágrafo único.** As instalações deverão ser utilizadas exclusivamente pelos permissionários, devidamente identificados, sendo esses responsáveis pela limpeza e ordem do local, após o uso.

**Art. 8º** Os móveis à venda no local terão sua quantidade limitada de acordo com o espaço disponível e poderão ser usados, de modo geral, para o apoio de outras peças menores à venda.

**Art. 9º** Os permissionários poderão confeccionar cartão de visita com o logo do Centro Artesanal na frente, e no verso, poderão inserir os seus dados pessoais como: contato, e-mail, técnica, matéria-prima e produtos confeccionados pelos mesmos.



## CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES

**Art. 10.** São obrigações dos permissionários:

**I** - a limpeza interna do espaço e a conservação da mobília cedida pela Prefeitura Municipal de Guararema;

**II** - chegar 30 (trinta) minutos antes da abertura do Centro Artesanal em dias de faxina, obedecendo escala definida pelos próprios;

**III** - manter objetos pessoais, embalagens, peças para estoque e outros objetos de uso pessoal de forma organizada, de preferência em baús rústicos de madeira (em harmonia com o padrão visual do Centro Artesanal) com tranca, cujo tamanho não ultrapasse a medida de 70cm de comprimento x 30cm de largura x 30cm de altura;

**IV** - arcar com as despesas relacionadas a materiais de limpeza, sacolas e embalagens, etiquetas, cartões de visita e uniformes;

**V** - manter o espaço com suas características originais, sem divisórias, sendo vedada a inserção de mobiliário, ressalvados os que estiverem à venda e forem de autoria dos permissionários, desde que estes tenham sido cadastrados como produtores de mobiliários;

**VI** - manter o Centro Artesanal Dona Nenê funcionando com o mínimo de 1 (um) permissionário a cada 2 (duas) mesas dispostas no espaço, seguindo escala definida pelos próprios;

**VII** - participar da reunião mensal de acompanhamento, previamente agendada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sendo toleradas, no máximo, 4(quatro) ausências por ano, justificadas;

**VIII** - acatar as ordens e instruções da fiscalização;

**IX** - responder por todos os atos que praticar, quanto à observância das obrigações decorrentes de sua permissão de uso no Centro Artesanal Dona Nenê;

**X** - manter rigorosa higiene pessoal, do vestuário, dos equipamentos e outros objetos que servirem à comercialização de seus produtos;

**XI** - quando estiver a serviço no Centro Artesanal Dona Nenê, utilizar a marca do mesmo, identificando-se através de camiseta ou avental;



**XII** - respeitar e cumprir o horário de funcionamento do Centro Artesanal Dona Nenê;

**XIII** - dispor suas mercadorias, produtos e objetos de modo a permitir o livre trânsito dos consumidores e transeuntes;

**XIV** - manter todos os produtos com etiqueta de preço, sem exceção;

**XV** - não utilizar aparelhos sonoros, inclusive referentes a quaisquer tipos de propaganda, salvo se previamente autorizado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

**XVI** - manter seu Cadastro na Sutaco e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo atualizado;

**XVII** - comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo eventuais problemas relacionados à infraestrutura, tais como parte elétrica, civil e equipamentos instalados;

**XVIII** - formalizar o recolhimento ao FUMTUR, nos termos do art. 6º desta Lei;

**XIX** - utilizar material reciclável para embalar os produtos comercializados;

**XX** - cadastrar junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo um ajudante para substituí-lo em suas ausências, ou para ajudá-lo na escala diária de trabalho, devendo este ser, preferencialmente, parente de primeiro ou segundo grau.

**Art. 11.** Os permissionários deverão confeccionar sacolas, cartões, uniformes e etiquetas com o logotipo do Centro Artesanal Dona Nenê, sendo que qualquer material que possua o logotipo deverá passar pela avaliação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

## **CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 12.** É proibido aos permissionários:

**I** - faltar nos dias de escala por 3(três) vezes consecutivas ou 6(seis) alternadas, durante o ano civil, salvo por motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;



- II** - atrasar-se no dia em que estiver escalado, tanto na escala de limpeza, quanto na escala de trabalho;
- III** - comercializar produtos diferentes do constante no Cadastro da Sutaco e/ou da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- IV** - ter mais de uma inscrição, ainda que para comercialização de produtos distintos;
- V** - causar dano ao bem público ou particular no exercício de sua atividade;
- VI** - permitir que pessoas estranhas permaneçam na área destinada aos artesãos para a comercialização das mercadorias;
- VII** - fumar no interior do Centro Artesanal Dona Nenê;
- VIII** - fazer refeições no interior do Centro Artesanal Dona Nenê;
- IX** - agir de forma desrespeitosa com o consumidor ou atribuir-lhe maus tratos;
- X** - praticar agressão física ou verbal a qualquer pessoa no interior do Centro Artesanal Dona Nenê;
- XI** - impedir a execução de ações fiscalizadoras;
- XII** - deixar de atender as convocações da Administração Municipal;
- XIII** - recusar-se a exibir documentos de porte obrigatório;
- XIV** - conturbar os trabalhos da Administração Municipal, da fiscalização e dos demais permissionários;
- XV** - ceder, alugar e/ou vender, temporária ou definitivamente, seu espaço ou parte deste a terceiros;
- XVI** - colocar ou expor mercadorias fora dos limites da área permitida;
- XVII** - transferir o direito da permissão de uso para terceiros;
- XVIII** - perfurar as paredes ou pendurar objetos no teto sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;



**XIX** - deixar à vista objetos pessoais, caixas de papelão, vassouras, panos de chão, baldes ou outros objetos afins.

## **CAPÍTULO V** **DAS TRANFERÊNCIAS DA PERMISSÃO DE USO**

**Art. 13.** Nos casos de transferência deverá o interessado requerê-la junto ao Protocolo do paço municipal, no prazo de 60(sessenta) dias corridos, contados da data do óbito ou da aposentadoria, juntando para tanto, os documentos necessários para a devida comprovação.

**Parágrafo único.** Nos casos de falecimento, transcorrido o prazo do *caput* deste artigo, sem que o interessado tenha requerido a transferência da permissão de uso, a mesma será automaticamente revogada, com o consequente cancelamento da inscrição municipal e da licença para funcionamento.

## **CAPÍTULO VI** **DAS PENALIDADES**

**Art. 14.** As transgressões aos dispositivos estabelecidos por esta Lei e atos complementares baixados pela Administração Municipal sujeitarão o permissionário, sem prejuízo de outras cominações legais, às imposições de penalidades, podendo ser impostas em conjunto ou separadamente, em decorrência da configuração do ato praticado e observada a sua dosimetria, garantida a ampla defesa do interessado:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - apreensão, interdição ou inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

**IV** - suspensão por 30 (trinta) dias;

**V** - revogação da permissão de uso.

**§ 1º** O valor da multa do inciso II deste artigo será aplicado de acordo com o Anexo Único desta Lei, sem prejuízo das demais legislações pertinentes.



§ 2º Nas reincidências eventualmente praticadas no período de 1 (um) ano, as multas serão aplicadas em dobro.

**Art. 15.** Antes da aplicação das penalidades, a fiscalização realizará a orientação técnica e/ou notificação preliminar, tendo o permissionário prazo de 7 (sete) dias corridos para que regularize a situação em desacordo ou apresente sua defesa.

**Parágrafo único.** Caso não haja regularização da situação descrita na orientação técnica ou na notificação preliminar, dentro do prazo estabelecido, será aplicada ao permissionário a penalidade pertinente ao caso.

**Art. 16.** Das penalidades previstas no art. 14 desta Lei, caberá recurso, com efeito suspensivo, à Administração Municipal, a ser interposto por petição junto ao Protocolo do paço municipal, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do dia da notificação.

**Art. 17.** Cancelada a licença não caberá ao permissionário nenhum direito a compensação, indenização ou restituição de qualquer natureza.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18.** O Centro Artesanal Dona Nenê será fiscalizado por servidores municipais devidamente identificados e designados por meio de Portaria para essas funções, aos quais caberá, como representantes da Administração Municipal, cumprir, rigorosamente, as disposições legais.

**Parágrafo único.** A apreensão, interdição ou inutilização, bem como a aplicação de multa serão realizadas pelos Agentes de Fiscalização Urbana e de Meio Ambiente.

**Art. 19.** As atividades realizadas no Centro Artesanal Dona Nenê deverão adequar-se à Legislação Municipal correspondente.

**Art. 20.** O acesso ao local será feito mediante a disponibilização de cópias das chaves, que ficará sob a responsabilidade de mais de um permissionário, se for o caso, e deverão ser devolvidas, havendo a rescisão da permissão.





PREFEITURA DE  
**Guararema**

**Parágrafo único.** A responsabilidade pelos produtos e/ou objetos, inclusive pessoais, que estiverem no Centro Artesanal Dona Nenê, é única e exclusiva dos permissionários, estando isento de responsabilidade o Município com relação à guarda e conservação dos mesmos.

**Art. 21.** Para efeitos dessa Lei, consideram-se como faltas justificadas aquelas decorrentes de motivo de saúde, caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

**Art. 22.** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 24.** Revoga-se a Lei nº 3214, de 28 de agosto de 2017.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAREMA, 08 DE JUNHO DE 2022.**

**JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado na Portaria Municipal na mesma data.

**JULIANA LEITE DA SILVA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 3483/2022

TABELA BÁSICA PARA APLICAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÃO

Caracterização da Infração		Arbitrio da Multa em UFM (Unidade Fiscal Municipal)
Capítulo / Seção	Dispositivo Legal	Valor da Multa
CAPÍTULO III - DAS OBRIGAÇÕES	Artigo 10	5
CAPÍTULO IV - DAS PROIBIÇÕES	Artigo 12	
É proibido aos artesãos	Inciso I	3
	Inciso II	3
	Inciso III	5
	Inciso IV	5
	Inciso V	5
	Inciso VI	3
	Inciso VII	3
	Inciso VIII	5
	Inciso IX	3
	Inciso X	5
	Inciso XI	5
	Inciso XII	5
	Inciso XIII	5
	Inciso XIV	5
	Inciso XV	5
	Inciso XVI	3
	Inciso XVII	5
	Inciso XVIII	5
	Inciso XIX	3
CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS		
Das atividades realizadas no Centro Artesanal	Artigo 19	3
Do acesso ao Centro Artesanal	Artigo 20	3